

O **OMNIDEF ANALYSIS** é uma publicação mensal composta de análises* acerca de temas constantes nas edições do mês anterior do **OMNIDEF** e considerados de maior relevância no contexto da Defesa Nacional.

Vídeos Relacionados



Ministério da Justiça e Segurança Pública autoriza ações de segurança em três estados

Para acessar este vídeo [CLIQUE AQUI](#)

Russia rejects Trump call to pull military personnel out of Venezuela

Para acessar este vídeo [CLIQUE AQUI](#)



From Suicide Bombing to Captured Pilot: A Timeline of the Latest Crisis in Kashmir

Para acessar este vídeo [CLIQUE AQUI](#)



*As informações aqui contidas não refletem necessariamente a opinião do Ministério da Defesa, da Escola Superior de Guerra (ESG), do Centro de Geopolítica e Estudos Estratégicos e/ou de seus funcionários. A ESG não é responsável pelos sites de Internet que não lhe pertencem e aos quais se pode ter acesso através de links ou de qualquer conteúdo disponibilizado neste boletim.

Destaques do Mês

SEGURANÇA PÚBLICA BRASILEIRA

REFLEXÕES SOBRE SEGURANÇA PÚBLICA E OPERAÇÕES DE GLO

GEOPOLÍTICA, CONFLITO E COOPERAÇÃO

- *VENEZUELA: DESAFIO GEOPOLÍTICO PARA OS EUA*
- *CONSEQUÊNCIAS DECORRENTES DA ESCALADA DE TENSÕES ENTRE A ÍNDIA E O PAQUISTÃO PELA CAXEMIRA*

Corpo Editorial

Editor: Ricardo A. Fayal.

Conselho Editorial:

Danilo Marcondes de Souza Neto;

Guilherme Lopes da Cunha;

Jacinto Maia Neto.

Editor Auxiliar: Marcos do Vale Araujo

Auxiliares de Pesquisa:

Thaís Fernandes Pereira – Bacharelanda em Defesa e Gestão Estratégica Internacional pela UFRJ.

Luísa Guimarães Vaz – Bacharelanda em Defesa e Gestão Estratégica Internacional pela UFRJ

Marcos do Vale Araujo – Bacharelando em Defesa e Gestão Estratégica Internacional pela UFRJ.

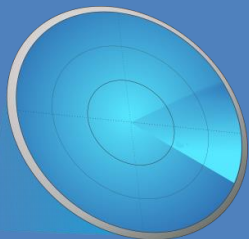
Pesquisadores da Edição

Ricardo Rodrigues Freire – Doutorando em Ciência Política pelo IESP-UERJ.

Antonio dos Santos – Mestrado em Ciências Militares pela Escola de Comanda e Estado-Maior do Exército.

Wilson de Jesus Beserra de Almeida – Pós-doutor em Relações Internacionais pela University of Wisconsin-Madison.





OMNIDEF ANALYSIS

Instituto de Geopolítica e Estudos Estratégicos

SEGURANÇA PÚBLICA BRASILEIRA

Reflexões sobre Segurança Pública e Operações de GLO

Autor: Ricardo Rodrigues Freire

Co-autora: Luísa Guimarães Vaz

Passados os primeiros meses dos recém-eleitos Chefes de Executivo Federal e Estaduais, como já era de se supor e esperar, a cobrança do eleitorado sobre a pauta da Segurança Pública já começa a ganhar vulto.

No concerto do Poder Central, foi criado o Ministério da Justiça e da Segurança Pública, sob a batuta do ex-Juiz Federal Sérgio Moro. O novo Ministério apressou-se por submeter ao Congresso Nacional um pacote de medidas voltadas para revisão do Código Penal, do Código de Processo Penal e de mais dez outros dispositivos de cunho penal. Todavia, como se sabe, o Legislativo Federal tem o seu ritmo próprio e as propostas não serão aprovadas da noite para o dia e, tampouco, nos moldes ideais concebidos pelo Poder Executivo.

Por sua vez, a sociedade é dinâmica e não ficará “congelada”, aguardando o posicionamento parlamentar. Assim sendo, muitas crises na área da Segurança Pública ocorreram no último trimestre – e continuarão a se suceder ao longo do ano –, obrigando os Governos Federal e Estaduais a agirem sob o ritmo do ordenamento jurídico vigente. Assim ocorreu o emprego da Força Nacional da Segurança Pública (FNSP) nos estados do Ceará, do Pará, de Rondônia, além das prorrogações de permanência de emprego dessa mesma corporação ativadas pelo Governo Temer, a exemplo do ocorrido no Estado do Amazonas.

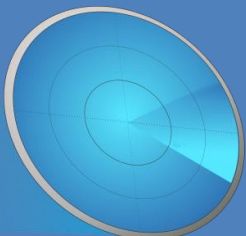
Porém, qual a novidade em curso? Percebe-se que os atuais governos não optaram pelo emprego das Forças Armadas em Operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO) nas crises do Sistema de Segurança Pública das Unidades da Federação.

Note-se que na tragédia de Brumadinho-MG, o Governo Federal não hesitou em acionar o Ministério da Defesa para apoio à catástrofe. Já o mesmo não ocorreu no colapso da Segurança Pública cearense, em que a opção de conduta foi acionar a FNSP, em vez de recorrer às famigeradas Operações de GLO, tão comuns nos últimos anos. Trata-se, à primeira vista, de uma nova postura do Poder Executivo.

Sobre a prática aparentemente desmedida do emprego das Forças Armadas em tarefas de GLO, dados do Ministério da Defesa atestam que no período de 1995 até 2018 foram desencadeadas 124 operações de GLO no país, o que caracteriza a banalização de uma medida extrema e episódica, facultada aos Poderes constituídos pela Constituição Federal de 1988 para contingências excepcionais e não de caráter rotineiro. Tais dados evidenciam que essa práxis ocorreu independentemente de corrente político-partidária no exercício do mandato, evidenciando, portanto, a existência de vício no processo de condução da vida política nacional.

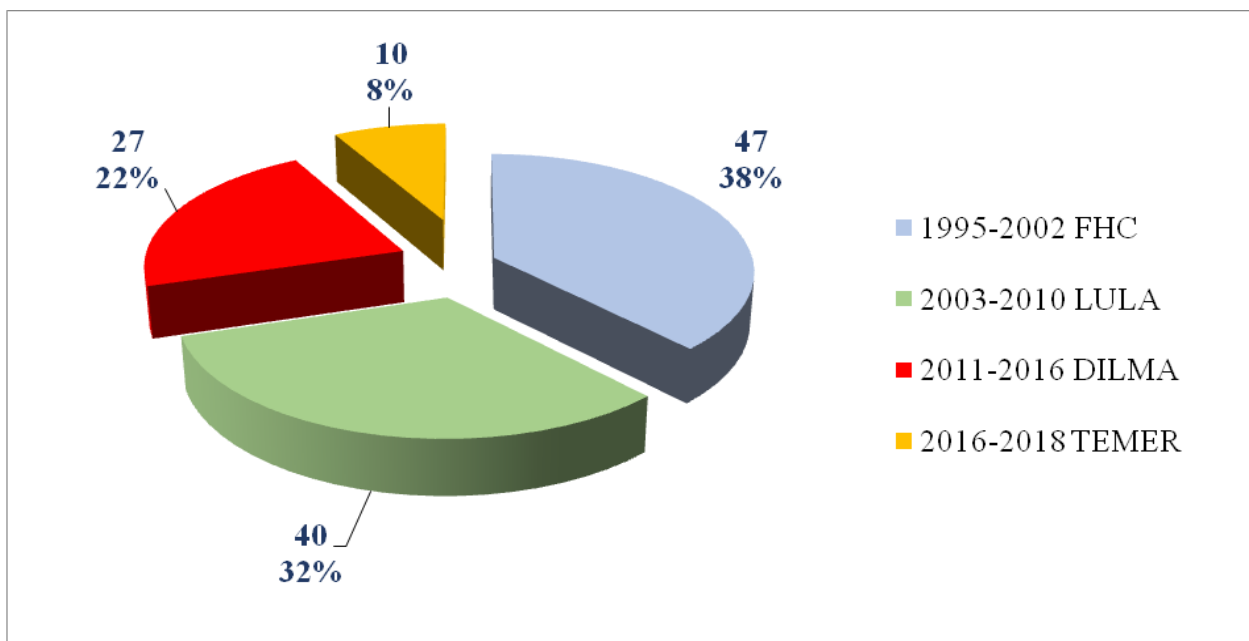
[Continua]





A ilustração a seguir, mostra com maior clareza a argumentação do parágrafo anterior:

Gráfico 1 – Operações de GLO por período de governo



Fonte: o autor, baseado em dados colhidos em:

https://www.defesa.gov.br/arquivos/exercicios_e_operacoes/glo/tabelas_glo_atualizada.pdf. Acesso em 3 abr. 2019.

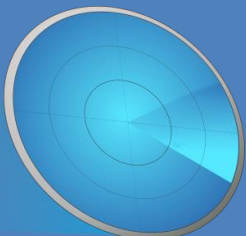
No caso específico do Estado do Rio de Janeiro, que viveu sob Intervenção Federal na Segurança Pública ao longo de 2018, conforme esperado, essa situação não prosperou após a posse do atual governador Wilson José Witzel. Não parecia lógico manter-se a medida restritiva à autonomia de um ator político recentemente eleito por considerável número de votos. Da mesma forma, as ações das Forças Armadas no Rio de Janeiro, marco dos últimos anos, também deixaram de caracterizar o cotidiano fluminense.

Para análise mais profunda da GLO, da Intervenção Federal no Estado do Rio de Janeiro e da crise da Segurança Pública desta Unidade da Federação, recomenda-se a leitura dos dois primeiros artigos publicados na *Revista Escola Superior de Guerra nº 67 (jan. – abr. 2018)*, de autoria do Desembargador Federal Reis Fried e do Professor/Pesquisador Luiz Carlos Ramiro Junior, respectivamente.

Todavia, há de se concluir que ainda é muito cedo para quaisquer avaliações mais concretas do modelo de Segurança Pública que tipificará o Governo Jair Bolsonaro. Em que pese a mudança de postura aqui assinalada, ainda é prematuro emitir parecer definitivo. O cenário conduz à crença de que o primeiro ano dos atuais líderes dos Executivos Federal e Estaduais se caracterizará pelo “flanar sobre os legados” (positivos e negativos) procedentes dos seus respectivos antecessores.

[Continua]





Indubitavelmente, a reversão do quadro caótico da Segurança Pública brasileira requererá a sinergia de todos os brasileiros, em especial daqueles investidos de cargo público, para levarem a bom termo ações de amplo espectro, suprapartidárias, desprovidas de viés ideológico, multidisciplinares e voltadas para redução da violência estrutural (conforme definida pelo Matemático e Sociólogo norueguês Johan Galtung) que assola a sociedade brasileira e acaba por transformá-la em solo fértil para a proliferação do crime organizado nacional e transnacional, em todos os seus matizes. ■

Notícias veiculadas pelo OMNIDEF

Governo do Brasil – 21/03/2019

Força Nacional de Segurança Pública se desloca para Belém (PA)

Integrantes da Força Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça e Segurança Pública se deslocaram, nesta quinta-feira (21), para Belém (PA) onde farão patrulhamento ostensivo na região metropolitana da capital paraense. O objetivo da ação, com permanência prevista para 90 dias, é dar suporte aos órgãos de segurança pública nas ações de polícia judiciária, perícia forense, na preservação da ordem pública e da segurança da população e patrimônio. A operação terá o apoio logístico do Governo do Pará. O prazo de apoio prestado pela Força Nacional poderá ser prorrogado. O efetivo começa a atuar no dia 25 de março. Serão utilizadas 40 viaturas ao longo da operação.

Para a notícia completa [CLIQUE AQUI](#)

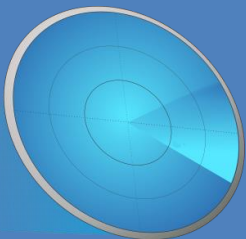
Estadão – 01/04/2019

Senadores decidem ‘adotar’ pacote anticrime de Moro

O ministro da Justiça e Segurança Pública, Sérgio Moro, teve de ir a campo para destravar a tramitação do seu pacote anticrime no Congresso. Após um acordo com o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), os três projetos passaram a tramitar em paralelo tanto na Câmara como no Senado, neste caso por meio de projetos de lei “adotados” por senadores. A medida minimizou a decisão do presidente da Câmara de criar um grupo de trabalho para discutir a proposta por até 90 dias antes de seguirem para as comissões temáticas. Os senadores começaram a planejar a “adoção” das propostas – ou seja, eles copiaram o texto e assinaram como autores – há cerca de dez dias, quando as primeiras divergências entre Maia e Moro vieram a público. Os três projetos foram protocolados quinta-feira passada e, no dia seguinte, já estavam com os relatores na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Casa.

Para a notícia completa [CLIQUE AQUI](#)





GEOPOLÍTICA, CONFLITO E COOPERAÇÃO

Venezuela: Desafio Geopolítico para os EUA

Autor: Antonio dos Santos

Co-autora: Thaís Fernandes Pereira

A Venezuela se tornou o foco das atenções mundiais ultimamente e está vivendo um momento crucial de sua história. No passado, esta nação, de forma soberana, fez escolhas dissociadas do contexto econômico e político global, o que a conduziu a um estado interno de caos generalizado, com nítidos sinais de rompimento do tecido social.

Assim como vários países da região, a Venezuela é dotada de um vasto potencial econômico, em especial de riquezas minerais, possuindo uma localização geográfica privilegiada. A sua costa é banhada pelo Mar do Caribe e o país ainda é adjacente ao canal do Panamá, uma importante travessia para o comércio marítimo internacional, por ligar os oceanos Atlântico e Pacífico. Todos esses fatores ajudam a compreender a disputa que ocorre na intenção de influenciar esse estado, num processo que se inicia no final do século XIX, com Estados Unidos (EUA) e Alemanha, mas que passou a incluir interesses internacionais diversos, notadamente da China, país que busca diversificar suas fontes de obtenção de energia, por conta do seu elevado crescimento econômico. É possível inferir que, por conta da presença do Estado asiático nessa região, aliada ao protagonismo russo, mesmo que discretos, há o resgate da percepção da América do Sul como importante arena geopolítica nos cálculos estratégicos de atores-chave das relações internacionais.

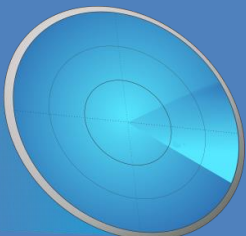
É conveniente, para a compreensão do jogo de poder regional, entender como os EUA estão analisando essa crise, no sentido de verificar se seus interesses geopolíticos estão ameaçados e como os estadunidenses devem se comportar. Para isso, torna-se necessário realizar um retrospecto histórico da atuação dos Estados Unidos na América do Sul, via análise de sua política externa, de modo a conseguir visualizar os possíveis passos a serem dados por “Washington” na região.

O interesse dos Estados Unidos nas Américas remonta à elaboração da Doutrina Monroe (1823), estabelecida na gestão do presidente James Monroe (1817-1825). A referida Doutrina se insere no contexto da expansão territorial estadunidense em direção ao oeste do país. Posteriormente, tal movimento também ocorreria na direção sul do continente, com o intuito de formar uma nação que compartilhasse do mesmo governo, leis e valores.

Sob o slogan “América para os Americanos”, foi desenvolvida a retórica de que qualquer tipo de intervenção estrangeira (que para a época referia-se aos países europeus, principalmente a Grã-Bretanha, Espanha e França) sobre algum Estado americano seria considerado um ataque a paz e a segurança hemisférica.

[Continua]

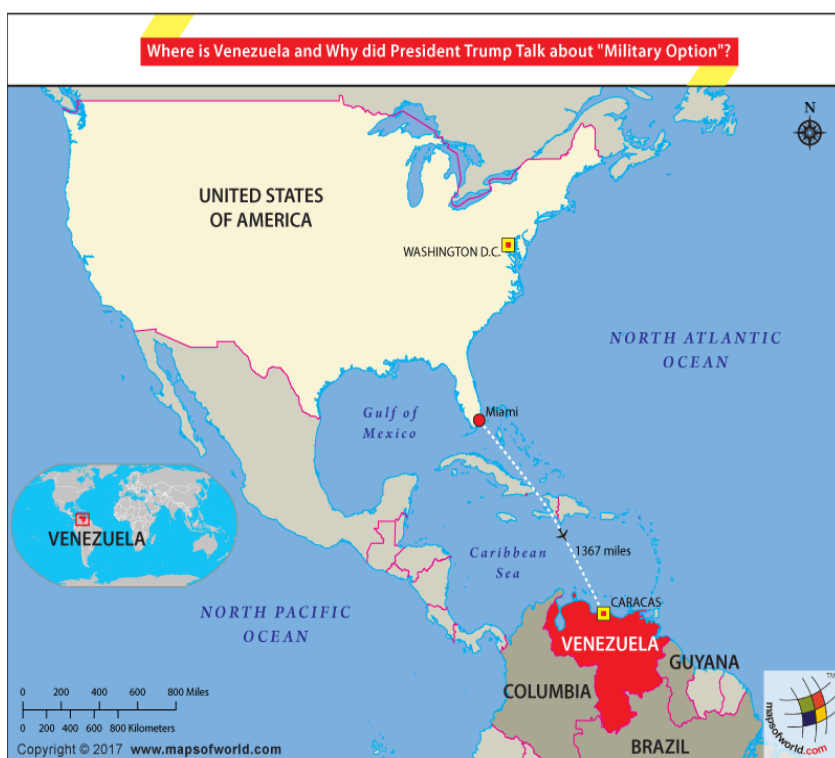




Com base nesse princípio, os EUA seriam capazes de utilizar suas capacidades militares para defender a soberania das nações latino-americanas, inclusive promovendo intervenções nesses territórios quando necessário, como aconteceu na República Dominicana, na Nicarágua, e na separação (ou independência) do Panamá em relação à República da Colômbia. Cabe dizer ainda que esse último acontecimento ocorreu sob a administração do presidente Theodore Roosevelt (1901-1909), que em 1904, durante um discurso para os parlamentares do Congresso norte-americano expôs a conhecida política do *Big Stick*, considerada uma mensagem clara dos interesses estadunidenses em controlar os países latino-americanos e caribenhos.

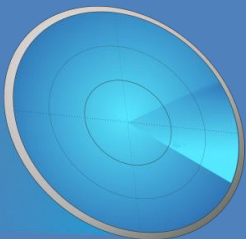
Em síntese, os EUA construíram paulatinamente um cenário favorável à sua ascensão no cenário internacional e ao seu importante papel geopolítico atual, com ênfase no âmbito regional das Américas, enquanto primeira área a se exercer e consolidar sua efetiva influência. Atualmente, em discussões recorrentes sobre o comportamento revisionista chinês e russo, frente aos valores e postulados gerais desenvolvidos pela visão hegemônica estadunidense do início do século XX, avulta-se o choque de ideias e interesses entre estes importantes protagonistas mundiais.

Em outras palavras, observa-se uma postura predominantemente realista por parte dos EUA, no sentido de preservar seus interesses e dissuadir, na América Latina e no Caribe, incursões de potências extra-regionais. Assim, ante os fatos narrados, algumas questões paradigmáticas se apresentam aos que buscam compreender a nova face da política internacional: o que farão os EUA diante de uma crise, em sua área de influência direta, com grande potencial de transbordamento? Qual o papel de russos e chineses na escalada das tensões? Qual o grau de importância da América do Sul, notadamente da Venezuela, no atual jogo de poder das grandes potências?



Fonte: www.mapsofworld.com





GEOPOLÍTICA, CONFLITO E COOPERAÇÃO

Consequências decorrentes da escalada de tensões entre a Índia e o Paquistão pela Caxemira

Autor: *Wilson de Jesus Beserra de Almeida*

Co-autor: *Marcos do Vale Araujo*

O conflito que envolve a região da Caxemira, situada ao norte do subcontinente indiano, é resultado da disputa entre a Índia, Paquistão e a China. Esse conflito já dura mais de 70 anos e tem provocado milhares de mortes dos dois lados. Obedecendo a uma resolução da ONU de 1947, a população da Caxemira deveria decidir, por meio de um plebiscito, sobre a independência do território. Como não houve plebiscito, a Índia incorporou todo o território da Caxemira, contrariando frontalmente os interesses do Paquistão, de maioria muçulmana, e causando a primeira guerra entre eles, de 1947 a 1948. Esta primeira fase do conflito terminou com a divisão da Caxemira entre os dois estados.

Sob a tutela da ONU, Índia e Paquistão firmaram acordo com o objetivo de encerrar as ações militares na região e criar uma linha (linha de controle) que dividiu a Caxemira inicialmente em duas partes. Atualmente a Índia controla cerca de 43% da Caxemira, incluindo a maior parte de Jammu, Caxemira e Ladakh. O Paquistão controla cerca de 37% da Caxemira, principalmente a área chamada de Azad Kashmir e as regiões de Gilgit e Baltistão. A China controla 20% da Caxemira, que ocupou após a guerra com a Índia em 1962.

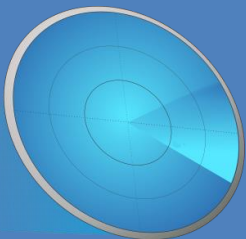
Houve ainda outros confrontos armados, como a segunda guerra na Caxemira de 1965, a terceira guerra na Caxemira de 1971, o conflito de Siachen de 1984, a insurgência em Jammu e Caxemira de 1989 e o conflito de Kargil, de 1999. No período entre 2003 e 2015 houve tentativas para por termo às hostilidades, por meio de ações diplomáticas que apontavam para um final negociado. Em 2014, Nawaz Sharif, na época, primeiro-ministro do Paquistão, esteve na cerimônia de posse de Narendra Modi, da Índia, numa demonstração de que tudo se encaminhava para um bom termo.

Devido ao ataque, por grupos paquistaneses, à base indiana de Pathankot, no Estado de Punjab, todas as tentativas de produzir paz na região estavam ameaçadas. Recentemente, um novo conflito surpreendeu a sociedade internacional. No dia 27 de fevereiro último, as duas potências nucleares informaram ter abatido caças inimigos em seus espaços aéreos.

O primeiro ataque aéreo foi executado por 12 caças Mirage 2000 do Exército indiano na madrugada de 27 de fevereiro, com o objetivo de anular campos de treinamento identificados do grupo Jaish-e-Mohammad que assumiu a autoria de um atentado terrorista, com mais de 40 vítimas, em 14 de fevereiro. Um caça F-16 paquistanês foi abatido no lado indiano da Caxemira e dois caças indianos também foram abatidos do lado paquistanês.

[Continua]





O Paquistão, com mísseis de longo alcance, consegue atacar qualquer ponto do território indiano. A Índia, por sua vez, possui mísseis operacionais, que conseguem atingir alvos a até cinco mil quilômetros de distância, portanto, em qualquer parte do território paquistanês. Segundo o Sipri - Instituto Internacional de Pesquisa da Paz de Estocolmo, a Índia detém entre 130 e 140 ogivas nucleares operacionais e o Paquistão, segundo o mesmo instituto, possui entre 140 e 150 ogivas nucleares.

Há um risco importante de ampliação deste conflito, pelo fato de a China apoiar o Paquistão e, por outro lado, algumas potências ocidentais serem solidárias à Índia. Um confronto desta natureza, ainda que consideradas todas as implicações que constroem seu uso, colocaria as demais potências nucleares em alerta máximo.

Gregory Koblentz, professor da Universidade George Mason e autor de um relatório publicado pelo Carnegie em 2015, intitulado *A normal nuclear Pakistan*, acredita que o maior risco, portanto, está no aumento desproporcional das forças convencionais da Índia e também na capacidade tecnológica, econômica e militar, em relação ao Paquistão, que se vendo pressionado e em situação inferior (que tende a aumentar), pode recorrer às armas nucleares como único recurso para equilibrar uma guerra assimétrica.

Neste complexo cenário, buscando a redução da escalada militar na região, Mike Pompeo, secretário de estado dos EUA, tem conversado com os ministros das relações exteriores dos dois países e reforçou a advertência ao Paquistão sobre os grupos terroristas que operam em seu solo. A União Europeia, a China e a Rússia, por seu turno, pediram moderação aos dois países e reconhecem, em discursos dos seus líderes, a gravidade da escalada que o conflito assumiu. ■

Notícias veiculadas pelo OMNIDEF

Economic Times – 17/03/2019

India, Pakistan threatened to unleash missiles at each other, reveal sources

The sparring between India and Pakistan last month threatened to spiral out of control and only interventions by U.S. officials, including National Security Advisor John Bolton, headed off a bigger conflict, five sources familiar with the events said. At one stage, India threatened to fire at least six missiles at Pakistan, and Islamabad said it would respond with its own missile strikes "three times over", according to Western diplomats and government sources in New Delhi, Islamabad and Washington.

Para a notícia completa [CLIQUE AQUI](#)

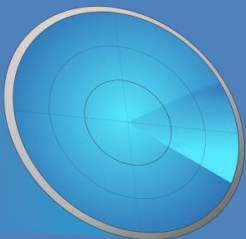
Foreign Affairs – 19/03/2019

What a Military Intervention in Venezuela Would Look Like

The United States has a clear objective in Venezuela: regime change and the restoration of democracy and the rule of law. Yet sanctions, international diplomatic isolation, and internal pressure have failed to deliver a breakthrough. Minds are turning to military intervention. U.S. President Donald Trump has said that "all options are on the table." What if he means it? There are two plausible ways the United States might use force in Venezuela: a precision bombing campaign and a full-scale invasion. Either course would have to be followed by efforts to stabilize the country and establish a civilian government.

Para a notícia completa, [CLIQUE AQUI](#)





Escola Superior de Guerra (ESG)

Fortaleza de São João - Av. João Luiz Alves, s/nº, Urca

Rio de Janeiro - RJ - CEP: 22291-090

Tel.: (21) 3545 9889 / Fax (21) 3545 9971

cee@esg.br

As informações aqui contidas não refletem necessariamente a opinião do Ministério da Defesa, da Escola Superior de Guerra, do Centro de Geopolítica e Estudos Estratégicos e/ou de seus funcionários. A Escola Superior de Guerra não é responsável pelos sítios de Internet que não lhe pertencem e aos quais se pode ter acesso através de *links* ou de qualquer conteúdo disponibilizado neste boletim.

O autor cedeu à Escola Superior de Guerra – ao Centro de Geopolítica e Estudos Estratégicos – os direitos de reprodução do material e quaisquer transcrições para o meio impresso e/ou digital a partir do material original, para edição, reprodução e publicação impressa e/ou em mídias digitais em língua portuguesa, ou em outros idiomas, por tempo indeterminado. Fica assegurado, portanto, o direito de dispor deste material para divulgá-lo em outros canais oficiais do Ministério da Defesa, da Escola Superior de Guerra ou do Instituto de Geopolítica e Estudos Estratégicos.

